

# PORTO & MAR

Telefone 2102-7272 E-mail portoemar@grupo-tribuna.com

## Evento debate hoje barreiras para sustentabilidade avançar no setor

Grupo Tribuna promove 2º Encontro COP Portos Sustentáveis, no Complexo Portuário Industrial de Suape (PE)

BÁRBARA FARIAS  
DA REDAÇÃO

Há projetos e investimentos disponíveis, mas falta legislação e regulação que permitam o avanço efetivo da sustentabilidade nos portos. As principais barreiras existentes serão discutidas no 2º Encontro COP Portos Sustentáveis - Suape, que o Grupo Tribuna promove hoje, a partir das 13 horas, no Complexo Portuário Industrial de Suape, a 40 quilômetros de Recife, em Pernambuco.

Será o segundo de três encontros cujo objetivo é colher propostas que farão parte de um documento endereçado à 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP30), em novembro, em Belém (PA). O primeiro aconteceu em Paranaguá (PR) e o último será em Santos, em 2 de setembro.

O relatório final será formatado pela advogada Cristina Wadner, especialista em Direito Marítimo, Portuário e Aduaneiro, e pelo advogado e sócio-diretor do escritório Gallotti Advogados, Fábio Silveira, que integra o departamento jurídico da Associação Brasileira das Entidades Portuárias e Hidroviárias (Abeph).

Em Suape, ambos apresentarão o documento com os principais eixos jurídicos e institucionais construídos na Fase 1 do projeto COP30 Portos, com base no diagnóstico feito em Paranaguá. “Vamos destacar quais barreiras legais e regulatórias precisam ser enfrentadas para garantir que as iniciativas já em andamento — como planos de descarbonização, projetos de eletrificação e uso de combustíveis alternativos — tenham segurança jurídica, padronização e escala nacional”, diz Cristina.

Segundo ela, também serão abordados “aspectos críticos como a ausência de regulação específica para energia limpa e biocombustíveis navais, a carên-



Porto de Suape, em Pernambuco, sedia o 2º Encontro COP Portos Sustentáveis durante a tarde de hoje

cia de incentivos estruturados e a necessidade urgente de padronizar os inventários de emissões. Isso porque os projetos existentes, ainda que viáveis sob o viés financeiro, não são juridicamente possíveis, diante das lacunas existentes no ordenamento”.

Cristina destaca que o objetivo será “conectar as experiências práticas com propostas concretas de instrumentos normativos, que serão refinadas nos próximos encontros e levadas como contribuição do setor à COP30”.

### PARANAGUÁ

Para a advogada, o encontro em Paranaguá foi fundamental para iniciar o mapeamento nacional da transição energética portuária e consolidar um modelo técnico-jurídico com base em evidências concretas. “Visualizamos a

materialização da transição energética em diversas frentes como a implantação de mais de 20 programas ambientais contínuos, com monitoramentos físicos e biológicos realizados com alta frequência e investimentos consistentes, todos integrados ao licenciamento ambiental vigente”.

A especialista destacou ainda, o nível de detalhamento do inventário de emissões de gases de efeito estufa (GEE), abrangendo os escopos 1, 2 e 3, incluindo a mensuração da pegada de carbono por tipo de navio e por tipo de carga — ferramenta essencial ao planejamento estratégico da descarbonização.

“Há experiências nacionais sólidas e replicáveis que devem orientar a construção de propostas jurídicas seguras, realistas

e adaptáveis às diferentes realidades portuárias do País”.

Segundo a advogada, com as evidências percebidas em Paranaguá, o conteúdo técnico-jurídico será aprofundado em Suape. Um exemplo é a relevância do inventário de emissões, que identificou os navios como os principais emissores nas operações locais. “É fundamental compreender as ações conduzidas, sobretudo porque o tipo de combustível a ser adotado — que não será único — definirá os parâmetros de adaptação das infraestruturas portuárias”.

A especialista ressalta que é necessário “padronizar o monitoramento das emissões, como Paranaguá, que já realiza o cálculo da pegada de carbono por tipo de embarcação e por tipo de carga”.

### PROGRAMAÇÃO

**13h** Credenciamento

**13h30** Abertura

**Carlos Cavalcanti**, diretor de Sustentabilidade do Complexo Industrial Portuário de Suape

**13h50** Apresentação do documento técnico-jurídico - Fase 1 pela Comissão Jurídica COP 30 do Grupo Tribuna

**Cristina Wadner**, advogada especialista em Direito Marítimo, Portuário e Aduaneiro

**Fábio Silveira**, advogado e sócio-diretor do Gallotti Advogados / Abeph

**14h20** - Palestra 1

**Javier Ramirez**, diretor-executivo no Tecon Suape

**14h40** - Palestra 2

**Daiane Maeinchein**, head de Comunicação, Responsabilidade Social Corporativa e Marketing na APM Terminals

**15h** - Palestra 3

**Pablo Fonseca**, diretor-executivo da Ambipar Response

**15h20** - Coffee Break

**15h40** - Painel COP 30 -

Corredores marítimos climáticos: Inovação e ação coletiva para a descarbonização. Resiliência do setor portuário e aquaviário

Participantes:

**Thairyne de Oliveira**, secretária-executiva adjunta do Ministério de Portos e Aeroportos (MPor)

**Jesuvaldo Silva**, presidente da ABTP

**Renata Machado Santos**, coordenadora de Inovação na Antaq

**João Paulo Santana**, diretor de Meio Ambiente na Portos do Paraná

**Gilmara Temóteo**,

diretora-executiva na Abeph

**Carlos Cavalcanti**, diretor de Sustentabilidade do Complexo Industrial Portuário de Suape

**Ingrid Zanella**, presidente da Comissão Nacional de Direito Marítimo e Portuário do Conselho Federal

**Inscrições:** [bit.ly/4mARHJ](https://bit.ly/4mARHJ)